



O Parágrafo único do Artigo 3º da Lei no 9.263, prevê que – “As instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde, em todos os seus níveis, na prestação das ações previstas no caput, obrigam-se a garantir, em toda a sua rede de serviços, no que respeita a atenção à mulher, ao homem ou ao casal, programa de atenção integral à saúde, em todos os seus ciclos vitais, que inclua, como atividades básicas, entre outras: I - a assistência à concepção e contracepção; II - o atendimento pré-natal; III - a assistência ao parto, ao puerpério e ao neonato; IV - o controle das doenças sexualmente transmissíveis; V - o controle e prevenção do câncer cérvico-uterino, do câncer de mama e do câncer de pênis.” (BRASIL, 1996, p. 1-2).

E o Artigo 226, Parágrafo 7, da Constituição da República Federativa do Brasil, aborda o princípio da paternidade responsável e o direito de livre escolha dos indivíduos e/ou casais, sendo este dispositivo constitucional regulamentado pela Lei do Planejamento Familiar, no. 9.263/96. (BRASIL, 1996). Alguns tipos de estudos podem servir de ferramentas para o uso racional de medicamentos. Grande parte dos conceitos apresentados aqui pode ser aplicada diretamente no dia a dia do serviço em saúde, além de ser de grande valia para a leitura de artigos e avaliações de fármacos.

